

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Reflexões acerca da integração cultural latino-americana

O caso da Telesur

Guilherme Gonsales Rocca e Souza

Abril de 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Barbosa

Reflexões acerca da integração cultural latino-americana: o caso da Telesur.¹

Guilherme Gonsales Rocca e Souza²

RESUMO

Na década de 2000, os governos progressistas latino-americanos tiveram a chance de desenvolver projetos de integração para além das questões comerciais e aduaneiras, característica principal da integração experimentada na década anterior. A Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) é um bloco que segue as aspirações bolivarianas de seu líder, Hugo Chávez, como objetivo fundamental de sua política externa para a região. Nesse contexto, surge a emissora de televisão multiestatal “Telesur” como política pública de comunicação e ferramenta contra-hegemônica para integração cultural latino-americana. Diante dos avanços neoliberais e suas rupturas, entretanto, passa-se a questionar o papel Telesur como fator de integração cultural na região.

Palavras-chave: Telesur; Unasul; Integração regional; Integração cultural; Brasil; Venezuela

RESUMÉN

En la década de 2000, los gobiernos progresistas de América Latina tuvieron la oportunidad de desarrollar proyectos de integración más allá de las cuestiones de comercio y aduanas, principal característica de la integración experimentada en la década anterior. La Alianza Bolivariana para las Américas (Alba) es un bloque que sigue las aspiraciones bolivarianas de su líder, Hugo Chávez, como objetivo primero de su política exterior para la región. En este contexto, apareció la estación de televisión multiestatal "Telesur" como política de comunicación pública y herramienta contrahegemónica para la integración cultural latinoamericana. Sin embargo, los avances neoliberales y sus rupturas ponen en cuestión el rol de Telesur como factor de integración cultural en la región.

Palabras clave: Telesur, Unasur, Integración regional; Integración cultural; Brasil; Venezuela

ABSTRACT

In the 2000s, progressive Latin American governments had the chance to develop integration projects beyond trade and customs issues, the main feature of the integration experienced in the previous decade. The Bolivarian Alliance for the Americas (Alba) is a bloc that follows the Bolivarian aspirations of its leader, Hugo Chávez, as a fundamental objective of its foreign policy for the region. In this context, the multistate television station "Telesur" emerges as a

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

² Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduado em Mídia, Informação e Cultura pelo Celacc - ECA/USP

communication public policy and a counter-hegemonic tool for Latin American cultural integration. In the face of neoliberal advances and their ruptures, however, Telesur's role is questioned as a factor of cultural integration for the region.

Keywords: Telesur; Unasur; Regional integration; Cultural integration; Brazil; Venezuela

1. Introdução

No dia 24 de Julho de 2005, aniversário de Simón Bolívar – libertador latino-americano de ideais integracionistas –, inaugura sua transmissão a “Telesur”, emissora multiestatal cuja metade das ações (51%) pertence à Venezuela. Com o slogan “Nosso Norte é o Sul”, a escolha da data de lançamento não é mera coincidência, é o desejo de dar voz aos povos da região, desde a própria região, por meio da transformação social calcada no ideal bolivariano de integração. Essa bandeira também foi empunhada pelo então presidente venezuelano Hugo Chávez em um contexto em que governos progressistas da região buscavam novas propostas de arranjos para a cooperação e organização regional por meio de projetos como a União das Nações Sul Americanas (Unasur) e a Aliança Bolivariana das Américas (Alba).

Esses arranjos são consequência direta das falências das políticas econômicas neoliberalizantes dos anos 90, regidas pelo Consenso de Washington, que impulsionaram integrações a serviço exclusivo do mercado, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Comunidade Andina de Nações (Can). Dentre algumas características desse período, destaca-se o aumento das concentrações de produção e mercado de grupos midiáticos na conjuntura de privatizações e desregulação. Como escreveu Dênis de Moraes em seu livro *Vozes abertas da América Latina* (2011), 60% do faturamento total dos mercados e das audiências estão na mão de quatro megagrupos: Globo, Televisa, Cisneros e Clarín.

Tendo em vista o papel estratégico dos sistemas de comunicação, Moraes narra a saga dos novos governos progressistas na reestruturação – em maior ou menor grau – de seus mapas comunicacionais, com especial atenção às políticas públicas que daí surgiram. O autor vale-se do conceito de hegemonia de Gramsci, também usado neste artigo, para explicar os consensos sociais a partir das mídias, ou seja: “a conquista do consenso e da liderança política envolve a capacidade de um determinado bloco de classes de articular um conjunto de fatores que o credenciam a dirigir moral e culturalmente, e de modo sustentado, a sociedade como um todo.” (GRAMSCI *apud* MORAES, 2011, p.47) Mais do que dominação coercitiva, a hegemonia deve ser compreendida como um processo de direção política, ideológica e cultural, podendo ser reeditada e modificada pois está permanentemente sendo desafiada por outras pressões sociais. (CANCLINI, 1988; MORAES, 2011).

Adiantando quase doze anos desde a primeira transmissão da Telesur, o contexto em que se põe a região é completamente diferente: golpes de Estado em Honduras, Paraguai e Brasil; incessantes assédios internacionais e da oposição na Venezuela, além do isolacionismo sofrido por parte dos outros países na região; crescimento da oposição conservadora na Bolívia e Equador – com uma recente vitória do candidato de esquerda Lenin Moreno, indicado pelo ex-presidente Rafael Correa, por pouco mais de 200 mil votos; e a derrota da esquerda nas eleições argentinas. A isso se somam a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, sugerindo era de isolacionismo por parte do país; e a saída do Reino Unido da União Europeia, que arrefece as expectativas de projetos de integração para os próximos anos.

Diante do refluxo dos governos progressistas latino-americanos, este artigo questiona se a Telesur, apesar dos trabalhos valiosos para a globalização da cultura como contraponto à globalização de mercados proposta pela agenda neoliberal, perde capacidade de ser agente integrador da América Latina.

A fim de refletir sobre tal questão, e considerando que as políticas comunicacionais massivas estão sendo pensadas, produzidas, exibidas e distribuídas sob as lógicas do mercado capitalista e da rentabilidade, as contribuições de Jesús Martín-Barbero para o pensamento da comunicação latino-americana tornam-se imprescindíveis à compreensão dos pontos que aqui serão explorados. O autor, ao deparar com uma “choça-favela [...], feita de pau-a-pique mas com transmissores de rádio e antenas de televisão” (BARBERO, 1997, p. 12), propõe uma mudança de paradigma – presente em seu livro *Dos meios às mediações* de 1987 – pensando a comunicação a partir da cultura. A reorganização dos conceitos de “popular” e “de massas” acaba por deslocar a metodologia “para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos.” (BARBERO, 1997, p. 12) Assim, passa-se a investigar a comunicação a partir das “mediações” – lugar entre a produção e recepção da mensagem onde a materialidade social e a expressividade cultural (família, temporalidade, competência cultural) se delimitam e se configuram.

Com esses aportes, Barbero reflete em seu livro *Ofício de cartógrafo* (2002) acerca de uma agenda de pesquisa que considere as transformações comunicacionais da América Latina e

sua inserção na modernidade por meio das indústrias culturais audiovisuais majoritariamente guiadas pela lei do lucro em uma complexa reorganização hegemônica. No mesmo sentido, as valiosas contribuições de Nestor Canclini em seu livro *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*, de 2002, corroboram a compreensão não só dos elementos que unem ou unificam a América Latina, mas também na formulação de uma nova pergunta ao observar os fluxos de nacionais egressos da região: “Quem quer ser latino-americano?”. A partir dela, o autor investiga os processos que se entrecruzam na tal “identidade” regional, principalmente no que diz respeito ao papel das indústrias culturais – locais e transnacionais.

Apropriando-se dessas conceituações, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da Telesur para a integração cultural latino-americana. Para tal, valer-se-á, na primeira parte, de levantamento bibliográfico acerca dos projetos de integração regional latino-americanos desde os anos 90. Na segunda, ponderará sobre as conceituações de globalização e indústrias culturais de Canclini e Barbero relacionadas a alguns projetos regionais apresentados na primeira parte, considerando as duas visões distintas entre Brasil e Venezuela acerca do papel da integração. A terceira parte, por fim, apresentará dados coletados acerca do conteúdo do noticiário “teleSur Notícias” e os analisará de maneira majoritariamente quantitativa.

2. Integração regional latino-americana

A partir dos anos 90, arranjos de integração se multiplicaram pelo mundo. Igualmente na América Latina, tais arranjos ganharam corpo e adesões devido ao “crescente interesse pelo processo de globalização, [...] [e] busca na integração regional [por] uma maior inserção das economias latino-americanas na economia internacional.” (BRAGA, 2002, p. 3). Para refletir acerca dos projetos de integração na região, pode-se classificá-los em três momentos: o “regionalismo aberto”, o “regionalismo pós-liberal” e o momento atual de incertezas.

2.1. O “regionalismo aberto”

As políticas liberalizantes desta época traduziram-se em modelos de integração que

tiveram como característica principal a busca por mercados comuns e uniões aduaneiras – reflexo do pacote de recomendações formuladas pelos Estados Unidos e que acabaram por assumir papel determinante nas políticas econômicas e sociais dos países latino-americanos. O Consenso de Washington de 1989, como ficou conhecido, representou o auge do neoliberalismo na região ao longo desta década, caracterizando o processo de integração destes países como “regionalismo aberto”. Os principais exemplos deste tipo de regionalismo são o Sistema de Integração Centro-americano (Sica), a Comunidade Andina (Can) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

É possível dizer que os esquemas de integração regionais desta época se confundiam com as diretrizes das políticas econômicas. Sanahuja (2012) aponta que a expressão deste modelo de “regionalismo aberto” pode ser considerada como a resposta das demandas de dinâmicas crescentes, como as da regionalização econômica e da globalização, relacionada às políticas do Consenso de Washington. Assim, é característica própria das políticas liberalizantes o objetivo de dar aos mercados, no marco da integração, uma maior função na promoção de eficiência na competitividade internacional (SANAHUJA, 2012). O surgimento do Mercosul e o fortalecimento da Can tiveram, portanto, como objetivo principal promover inserção das economias dos países sul-americanos no sistema econômico internacional (SARAIVA, 2010a). Logo, a preocupação com uma agenda comercial e liberalizante acaba por colocar em segundo plano esforços referentes a diferentes agendas.

A origem do Mercosul remete a 1985, quando os presidentes do Brasil (Sarney) e da Argentina (Alfonsín) firmaram a Declaração de Iguazu, e a 1986 quando assinaram o Programa de Integração Econômica. Neste momento, os acordos eram voltados para a integração de setores industriais estratégicos com característica de complementação. Em 1991, com a aproximação do Uruguai e do Paraguai, assinou-se o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul e que pretendia, já em 1994, criar uma união aduaneira que seria a base para o mercado comum do arranjo (OLIVEIRA; SALGADO, 2011).

2.2. O regionalismo “pós-liberal”

Se é verdade que os esquemas de integração regionais se confundiam com as diretrizes das políticas econômicas, também é verdade dizer que o fracasso destas políticas no final da década de 1990 desencadeou questionamentos acerca do caráter comercial de tais esquemas. Dessa forma, a preocupação com o crescimento interno dos países em desenvolvimento levou à busca de uma inserção que se distanciava do padrão liberal, em nome de objetivos de desenvolvimento, redução da pobreza e outros. Paralelamente, o deslocamento do poder à esquerda e a procura por novas prioridades que não o comércio marcaram este contexto de transição e caracterizam o momento “pós-liberal” da integração latino-americana (RIOS; VEIGA, 2008).

Para Saraiva (2010a), o modelo de abertura das economias passou a dar espaço a um “mais orientado para políticas industriais nacionais, próximo do neodesenvolvimentismo” (p. 4), de modo que a característica comercialista dos processos de integração regional foi sendo substituída por uma mais cooperativa. Além disso, muitos governos da região, com vistas a reconstruir os seus respectivos regimes políticos nacionais, buscaram novos padrões para promover uma inserção de setores que estavam, até então, na margem da política de integração (SARAIVA, 2010a).

No contexto internacional, dois fatores colaboraram para a caminhada em direção a um regionalismo “pós-liberal”: de um lado, a presença de novos atores que aumentaram as demandas por produtos da região como *commodities*, principalmente por parte da China, reduzindo a importância do comércio intra-regional para a maioria dos países na América do Sul. De outro, o considerável afastamento dos Estados Unidos em relação à região devido à “guerra global contra o terrorismo” como consequência dos acontecimentos do 11 de setembro, que colocou a América Latina em lugar cada vez menos prioritário. Os Estados Unidos se limitaram a uma relação mais orientada para temas como comércio e investimento, assinando tratados de livre comércio com vários países e deixando de ser tão intrusivos nas questões políticas. Com tais fatores, criaram-se “condições para uma maior margem de manobra internacional para os países da América Latina” (MARTÍNEZ; SERBÍN; JÚNIOR, 2012, p.12, tradução nossa), com destaque à busca de uma agenda para gerir as consequências dos processos da liberalização da década anterior e seus impactos negativos – e com os avanços em termos de economia e desenvolvimento social nesses

países – impulsionando cada vez mais políticas exteriores que prezassem por maior autonomia regional e internacional (MARTÍNEZ; SERBÍN; JÚNIOR, 2012), e não só pela simples inserção no mercado global.

A Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) é um dos exemplos deste regionalismo: foi anunciada pelo então presidente venezuelano, Hugo Chávez, em dezembro de 2001 durante a III Reunião da Associação de Estados do Caribe, promovendo um modelo de integração baseado na solidariedade, cooperação e complementaridade (RUIZ, 2010b). O projeto iniciou com países da América Central e Caribe como Cuba, Dominica, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, e países da América do Sul, como Equador, Bolívia e Venezuela.³ Como aponta Ruiz (2010b), a proposta começou a ganhar conteúdo a partir de 2002, se formulando como alternativa ao projeto estadunidense da Alca. Desde 2004, em um encontro em Havana com Morales, Chávez e Fidel, a iniciativa foi relançada para além de uma alternativa à Alca. A Alba consolidou-se como iniciativa regional representando um modelo de integração em que se evidencia o aspecto anticapitalista e anti-imperialista⁴, apesar de não desconsiderar iniciativas de tipo comercial⁵.

A União das Nações Sul-americanas (Unasul), por sua vez, surge como um marco do regionalismo e configura o maior arranjo da região, abarcando os 12 países do subcontinente. O projeto é reflexo do esforço da diplomacia brasileira em buscar autonomia (SANAHUJA, 2012) somado ao ativismo da Venezuela de Hugo Chávez a partir do ano de 2004.⁶ Na Unasul, inseriu-se uma vasta gama de assuntos em sua agenda, sinalizando, desde então, a essência “política” que o arranjo iria seguir.⁷

As iniciativas da Alba e Unasul se conformam no contexto do desenho “pós-liberal” do

³ Hoje fazem parte da Alba Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e São Vicente e Granadinas.

⁴ Como ficou evidente nos discursos das lideranças do bloco, que este artigo não explorará. Para entender mais, ver Ruiz (2010b).

⁵ O projeto apresenta iniciativas de comércio compensado “[...] à que se unem programas de cooperação em matéria de energética e social, assim como iniciativas de integração produtiva.” (RUIZ, 2010a; 114), como o Tratado de Comércio de los Pueblos (TcP), com inclinação à cooperação econômica.

⁶ As diferenças entre as políticas exteriores do Brasil e Venezuela para a integração sul e latino-americana serão abordadas no próximo capítulo.

⁷ A União das Nações Sul-Americanas se tornou uma organização dotada de personalidade jurídica internacional a partir da aprovação do Tratado Constitutivo da Unasul pelos 12 Estados membros e se configura por uma série de órgãos, funções e objetivos específicos que não poderão ser analisados neste trabalho. Para compreender mais, ver Tratado Constitutivo da Unasul, 2008.

regionalismo e na mudança de paradigma da integração. Apesar das diferenças entre os dois projetos, é importante ressaltar que ambos representam a “politização” das relações exteriores com menos ênfase na agenda comercial e de liberalização econômica; expressam um retorno do Estado na política, muitas vezes descrita como neodesenvolvimentismo (SANAHUJA 2012; SARAIVA, 2010a); buscam maior autonomia frente ao mercado; trazem o tema da cooperação em instituições de diálogo multilateral; apresentam crescente atenção nos temas sociais de integração; e, por fim, buscam formas de promover uma maior participação de atores não-estatais e legitimação social dos processos de integração (SANAHUJA, 2012).

2.3. Contradições no espaço de integração latino-americano

Apesar dos esforços de integração e as mudanças de paradigma no cenário de integração na América do Sul, foi possível constatar ao final da década de 2000 que em “nível regional se ha expresado, al mismo tiempo, en una mayor heterogeneidad las realidades económicas y sociales de los países de la región” (MARTÍNEZ; SERBÍN; JÚNIOR, 2012, p. 11). Como aponta Saraiva (2010a), a integração da parte sul do continente não se constituiu com contornos claros, ela apresentou uma grande diversidade de modelos econômicos e de integração refletida nos diversos arranjos existentes na região. Deste modo, duas tendências de inserção internacional podem ser sublinhadas nos processos de integração latino-americanos da década passada.

De um lado, o “eixo do regionalismo aberto” que representa a abertura dos mercados por meio de tratados de livre comércio (Tlc) com os Estados Unidos, sendo na sua maioria países da costa do Pacífico. Ruiz (2010b) aponta que este eixo pode ser representado pelo Tratado Norte-americano de Livre Comércio (Nafta), formado por Estados Unidos, Canadá e México. O modelo de integração do Nafta propõe a regulação de setores como a propriedade intelectual, as compras governamentais e as normas ambientais e de trabalho relacionadas com o comércio. Os propulsores do regionalismo aberto desse acordo – Estados Unidos – apostaram em tentativas para expandir este modelo a outros países do continente por meio da Alca – sem muito sucesso – mas continuou a celebrar Tlc’s como os que acordou com Chile, Peru e Colômbia.

De outro lado, encontram-se os países que criticam o modelo de integração aberta seguida pelo grupo anterior; nessa crítica se observam duas orientações distintas: a primeira

constitui o “eixo revisionista” representado pelos países do Mercosul em sua maioria. Apesar do bloco regional ter surgido sob a lógica de integração comercial e da abertura de mercado, “sofreu uma transformação para se converter em um processo com uma dimensão social e produtiva” (RUIZ, 2010b, p. 45, tradução nossa). O modelo de integração econômica passou por revisões na última década, e o Mercosul acompanhou as tendências da construção de um novo regionalismo sul-americano, onde o Brasil vem exercendo maior liderança (RUIZ, 2010b). O Mercosul apresenta hoje um perfil distinto daquele apresentado nos anos 90, e está se moldando em “um perfil mais social e político, como mostram a criação do Parlamento do Mercosul, em 2006, e do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul, o Focem, em 2004.” (OLIVEIRA; SALGADO, 2011, p. 8). A segunda tendência forma o “eixo anti-sistêmico”, representado pelos países da Alba – liderados pela Venezuela. Este grupo se descreve como não-capitalista, propondo uma clara ruptura com o modelo de “regionalismo aberto”, bem como o objetivo de incentivar uma integração baseada na complementação, cooperação e solidariedade (RUIZ, 2010b).

2.4. Dilemas e desafios: o momento atual

Os ventos que sopram na América Latina desde o início desta década apontam para direções diferentes daquelas seguidas nos últimos quinze anos. Colaboram para este quadro os golpes de Estado sofridos por Dilma Rousseff no Brasil em 2016, Fernando Lugo no Paraguai em 2012, Manuel Zelaya em Honduras em 2009; o contínuo vai-e-vem político na Venezuela somado ao assédio internacional e ao isolamento do governo de Maduro (MARTINS, 2017); as tentativas de golpe sofrida por Rafael Correa no Equador e os constantes mal-estares com os militares; e a derrota do kirchnerismo em 2015 nas eleições argentinas. No cenário internacional, a eleição de Donald Trump levanta dúvidas acerca do futuro da política externa comercial estadunidense e o aprofundamento da crise econômica global, bem como a virada chinesa para seu mercado interno, diminuem as altas demandas por *commodities* com que se acostumaram os países latino-americanos. Por fim, o alinhamento comercial mais forte com os países do norte por parte da Argentina, Peru, Chile, Colômbia, Paraguai, e agora Brasil, sinaliza um novo avanço da agenda neoliberal na região.

A descontinuação de governos progressistas – e a crescente oposição que alguns destes vem sofrendo – evidenciam a retomada, em primeiro momento, das problemáticas domésticas em detrimento das regionais, deixando de lado as agendas continentais comuns que outrora constituíam ações presidenciais recorrentes na América Latina (ROSALES, 2017). Como reflexo, as polarizações e contradições deste contexto não fazem avançar a agenda de integração da Unasul – tampouco deixam que seus membros acordem sobre seu próximo Secretário-Geral (ROSALES, 2017). É também no cenário do Mercosul, como aponta Rosales (2017), que os desencontros e desafios são mais evidentes para as forças integracionistas, como ficou visível no boicote à presidência *pro tempore* da Venezuela e na criação de duas categorias de Estado-membro: fundadores e aderentes⁸. Se, por um lado, a situação atual evidencia que os precursores da mudança política estão dispostos a desconsiderar “o desenvolvimento da última década e meia, para o qual estão dispostos inclusive a desconhecer normas fundamentais do acervo jurídico do Mercosul e normas básica da diplomacia e direito internacional.” (ROSALES, 2017, p. 2, tradução nossa), por outro demonstra que a estrutura social “[gerada] por governos progressistas não resultou em escudo suficiente para evitar que os ódios e intolerâncias políticas pudessem debilitar – quando não impulsionar – os ânimos integracionistas em benefício dos que sempre quiseram nos dividir.” (ROSALES, 2017, p. 2, tradução nossa).

As declarações do presidente Trump revelam a tendência mais protecionista (e também isolacionista) de alguns países do centro econômico, apontando um retrocesso da liberalização comercial por meio dos mega tratados⁹ (NAVARRO, 2017; MARTINS, 2017; KAN, 2017). Para Martins (2017), “o mais provável é que Trump pressione negociações de acordos bilaterais com o propósito de obter mais vantagens e evitar a criação de um espaço institucional multilateral.” (p. 6, tradução nossa). Dessa maneira, a convergência dos países em uma regionalização aos moldes do “regionalismo aberto” dos anos 90 – como a proposta pela Aliança do Pacífico com Chile, Colômbia, Peru, Costa Rica e México – também segue com futuro incerto.

⁸ Para compreender mais como se articularam os boicotes à Venezuela no âmbito do Mercosul por parte da Argentina, Paraguai, e depois Brasil e Uruguai, ver ROSALES, 2017.

⁹ Tais como o TLC entre Mercosul e União Européia, o Acordo Transpacífico de Cooperação Económica (TPP), que engloba o Chile, Peru e México, e o Acordo sobre Comércio de Serviços (TISA).

Como os países da América Latina irão reconstruir suas relações comerciais com a China e se recuperarão da crise econômica global são especulações igualmente embrionárias. Conrado (2017), ao pensar em projetos autônomos de integração latino-americana e caribenho, se pergunta se:

a conjuntura de questionamentos sobre a “Ordem Mundial” hegemônica, caracterizada por tensões e contradições entre a globalização neoliberal ortodoxa e protecionismos nacionalistas de corte conservador, abre potencialidades para a integração autônoma da América Latina e do Caribe (p. 10, tradução nossa).

O que está em crise é o multilateralismo e a perspectiva de integração, inclusive as construídas nos últimos quinze anos pelos governos progressistas. Como pontua Conrado (2017), a própria saída da Inglaterra da União Europeia (Brexit) e a eleição de Trump apontam para esta crise das integrações.

3. Integração cultural: algumas ponderações

Com o objetivo de refletir acerca do papel da cultura na integração latino-americana, é preciso compreender como a globalização opera em nossa região e quais são os subsídios que suas complexidades e contradições oferecem no que tange os atores das indústrias culturais. Neste capítulo, algumas contribuições de Canclini e Barbero serão analisadas à luz das projetos de integrações já citados anteriormente: Mercosul e Unasul.

3.1. Globalização e indústrias culturais

Globalização não é sujeito nem um ator social, escreve Canclini (2008), “mas sim *processo* no qual se movem os atores que podem orientá-lo em diferentes direções.” (CANCLINI, 2008, p. 101) Barbero (2004) acrescenta: a globalização não é um processo único. Apesar da predominância do processo financeiro na globalização, ela se coloca como articulação de diversos processos rumo variadas direções que também podem ser contraditórias. Nesses movimentos, “as tecnologias da informação possuem um papel crucial, pois ao mesmo tempo que intercomunicam os lugares, transformam o sentido do lugar no mundo.” (BARBERO, 2004,

p. 270) Como afirma o autor, os paradigmas da modernidade centrais da ciências sociais – o Estado-nação, território, região, etc – já não dão conta de explicar histórica e teoricamente toda a “realidade” em que estão inseridos hoje “indivíduos e classes, nações e nacionalidades, culturas e civilizações.” (BARBERO, 2004, p. 270)

Canclini (2008) afirma que a globalização é polivalente, pois “inclui negócios especulativos e também migrações em massa, comércio fluido, maior penúria econômica e processos internacionais por violação de direitos humanos.” (p. 25) Ao pensar na América Latina, o autor cita as migrações como um movimento de globalização não mercadológico, evidenciando que o alto número de nacionais que vivem nos Estados Unidos ou Europa, e até mesmo em outros países latino-americanos, cria uma imagem de nossa região que “não está completa na América Latina. Sua imagem é devolvida por espelhos dispersos no arquipélago das migrações.” (CANCLINI, 2008, p. 25) No que tange o mercado, a globalização pode ser percebida em dois cenários na América Latina, segundo Barbero (2002): o da abertura nacional exigida pelo modelo neoliberal hegemônico e o da integração regional em que países buscam se inserir competitivamente no novo mercado mundial. Ele acrescenta: entrar na "sociedade de mercado" é requisito para a entrada na "sociedade da informação". (BARBERO, 2004, p. 363) Isso conforma o que o teórico chama de desintegração social e política do nacional, quando o mercado se torna o princípio organizador da sociedade em seu conjunto.

Assim, a globalização redefine as relações entre centro e periferia: “não mais em movimentos de invasão, senão transformações que se produzem desde e no nacional e ainda no local.” (BARBERO, 2004, p. 362) De dentro de cada país que a economia e cultura se mundializam. Para Barbero (2004), “não está em jogo mais a difusão de produtos, mas a rearticulação das relações entre países mediante uma descentralização que concentra poder econômico e uma deslocalização que híbrida as culturas.” (p. 362)

Além disso, o autor pontua que ao produzir hibridizações novas que caducam as demarcações entre o culto e o popular, o tradicional e o moderno, o pertencente e o alienígena, as indústrias culturais reorganizam as identidades coletivas e formas de diferenciação simbólica, ou seja, “dos processos de diferenciação e reconhecimento dos sujeitos que conformam as diversas agrupamentos sociais e também as dinâmicas de indiferenciação dos mercados.” (BARBERO,

2004, p. 359), acarretando uma complexa reorganização da hegemonia. As contradições que dinamizam a complexidade cultural da sociedade no início deste novo século exige pensar o lugar das indústrias culturais para além do conceito inicial Frankfurtiano, aponta Barbero (2004). O autor concebe estas indústrias como:

[...] lugares de condensação e interação de redes culturais múltiplas, de encruzamento de diferentes espaços da produção social, conformados por dispositivos complexos que não são de ordem meramente tecnológica, mercantil ou política, e nos quais pesam menos as filiações que as alianças, as pesadas máquinas de fabricação que as sinuosas trajetórias de circulação, e em que os estratagemas de apropriação devem ser levados em conta tanto quanto as lógicas da propriedade." (BARBERO, 2004, p. 358-359)

As indústrias culturais e os meios de comunicação de massa, se entendidos por “superação das barreiras e dissolução das fronteiras” (BARBERO, 2004, p. 380), são movimentos poderosos de integração. Canclini (2008) concorda: as viagens e exílios não são a única forma de difusão da cultura, mas “também [difunde-se cultura] pelo modo como a reorganização de mercados musicais, televisivos e cinematográficos reestrutura os estilos de vida e desagrega imaginários comuns.” (p. 34). Isso posto, as políticas culturais estatais, que se concentram em preservar patrimônios e promover as artes elitistas com modelos majoritariamente de difusão, têm desconhecido e desconsiderado o papel central das indústrias culturais – principalmente as audiovisuais – na cultura cotidiana das maiorias. (BARBERO, 2004). O espaço público está sendo recriado pelos meios de comunicação. E visto que os acordos econômicos de integração costumam reduzir-se ao livre comércio – como veremos no subcapítulo a seguir – a integração cultural “restringe-se às telenovelas, músicas e vídeos difundidas com critério comercial pelas empresas transnacionais que controlam os mercados regionais.” (CANCLINI, 2008, p. 119). Sem a elaboração de regras ou políticas públicas culturais, “o processo de convergência multimídia está sendo deixado quase inteiramente nas mãos de mega-empresas de comunicação, sem abrir novas oportunidades para rádios e televisões independentes.” (CANCLINI, 2008, p. 119)

3.2. Políticas culturais no Mercosul e Unasul

Canclini (2008) e Barbero (2004), ao analisar e pensar as estratégias de integração para a América Latina, observaram o espaço cultural da região no contexto da virada do milênio e da crise do neoliberalismo. A partir daí, traçaram suas críticas ao modelo de integração estritamente comercial que estava posto. Começando pelo Mercosul, Barbero (2004) comenta que o Tratado de Assunção de 1991 – que deu origem ao bloco – sequer citava expressamente o termo cultura; somente no final desta década é que os debates sobre o tema passaram a ingressar a agenda do Mercosul, mesmo que de maneira mais retórica que prática (SOARES, 2008). Ainda assim, acrescenta Barbero (2004), as políticas culturais que se formaram eram “orientadas para homologação de legislações, para a proteção do patrimônio, para a constituição de redes de informação e em geral para a difusão da ‘alta cultura’.” (p. 337) Como pontua o autor, isso se expressa na assinatura do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, em 1996, e a consequente criação do selo Mercosul Cultural que facilitava “os trâmites alfandegários para a exibição de artes plásticas, das edições co-financiadas, das bolsas para jovens artistas do programa de intercâmbio de escritores”. (BARBERO, 2004, p. 337) De todo modo, as questões que envolviam políticas culturais foram colocadas como anexo ao Tratado. (BARBERO, 2004)

A revitalização do “sempre conflituoso” Mercosul – como coloca Canclini (2008, p. 117) – acompanhou os desejos da política externa brasileira – sobre a qual se debaterá mais a frente – na “formação de um espaço econômico unificado, alicerçado no livre comércio e em projetos de infraestrutura, o aprofundamento da aliança estratégica com a Argentina, com a consolidação da União Aduaneira, e o aprofundamento das relações econômicas e comerciais com os países do norte da América do Sul (como o ingresso da Venezuela em 2012)” (KLEMI; MENEZES, 2016, p. 136) e no paradigma do regionalismo “pós-liberal” do capítulo anterior, ou seja, com multiplicidade de temas e o retorno do Estado na política (SANAHUJA, 2012). No que diz respeito ao avanço institucional mercosulino em políticas culturais, Canclini (2012) ressalta os esforços de aliança no campo audiovisual, os quais acabaram por se concentrar mais no campo de declarações de interesse que em elaboração de programas. Soares (2008) expõe que “as atividades culturais identificadas em alguns casos “[...] limitam-se a exposições, feiras, congressos ou outros eventos culturais eventuais ou de curto prazo.” (p. 66) e tampouco possuem

políticas culturais externas voltadas aos países do bloco nos seus ministérios de Relações Exteriores e de Cultura (SOARES, 2008).

No marco da Unasul, o tema cultura é constitutivo do leque temático abarcado pelo projeto desde seu Tratado Constitutivo, que cita o termo “cultura” três vezes. No preâmbulo do projeto, na rubrica “objetivos” do terceiro artigo e no 17º item da rubrica “objetivos específicos”, também no artigo 3, onde afirma: “a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades;”. (TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL, 2008)

O fato dessas menções estarem presentes como objetivos de construção de uma identidade sul-americana, inclusive compreendendo e promovendo a diversidade cultural, não significou, entretanto, que muito foi conseguido em termos de políticas culturais. Para Canclini (2008), a paisagem sociocultural da década de 2000 não mostra mudanças estruturais notáveis apesar da chegada ao poder de governos mais orientados à esquerda, senão um “reagrupamentos táticos dentro das tendências globalizadoras conduzidas com estilo neoliberal.” (CANCLINI, 2008, p, 118) Segundo o autor, os países da região continuaram aceitando as “regras” do mercado, e com receio de espantar investidores, furtaram-se de qualquer transformação estrutural.¹⁰ (CANCLINI, 2008)

3.3. Venezuela e Brasil: duas visões de integração

Apesar do teórico argentino não ter incluído a Venezuela na lista de países que buscaram inovações estruturais, no que se refere à política externa, alguns embates referentes ao entendimento de qual papel deveria ter uma integração subcontinental no marco da Unasul – notadamente entre Venezuela e Brasil – podem dar pistas acerca do sucesso ou fracasso de algumas das poucas políticas culturais e comunicacionais transnacionais na região.

Pode-se dizer que a América do Sul se tornou objeto das políticas integracionistas, por parte do Brasil, com a adesão do México ao Nafta, o que ampliou o receio a respeito do poder de

¹⁰ Apesar de Canclini não incluir a Venezuela na lista de países que buscaram inovações estruturais, é necessário se aprofundar acerca das mudanças promovidas pelo governo de Hugo Chávez nos anos iniciais de seu governo, que este artigo não explorará.

atração dos Estados Unidos sobre os países da região.¹¹ O Brasil participou de maneira ativa em grande parte do processo de integração da região a fim consolidar sua posição de influência. Pode-se dizer, portanto, que o modelo adotado nas iniciativas de integração responde, em grande medida, à forma como o Brasil entendia o papel que a América do Sul deveria desempenhar no mundo globalizado. (RUIZ, 2010a)

As primeiras reuniões com presidentes sul-americanos¹², convocadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, almejavam convergir o comércio da região a partir do Mercosul e do Can, com a ampliação da participação para o Chile, Guiana e Suriname, consolidando desta forma um espaço econômico comercial ampliado (COMUNICADO DE BRASÍLIA, 2000), além de lançamento de uma agenda de metas de infraestrutura para a região: o Iirsa (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).¹³ A iniciativa mostrou ser elemento crucial na estratégia brasileira de relançar a integração no âmbito da América do Sul com objetivo de interconectar a região (RUIZ, 2010a). A eleição de Lula em 2003 trouxe consigo uma corrente autonomista para a política externa brasileira que reduziu a convicção nos regimes internacionais e acreditou no fortalecimento da presença brasileira na política internacional¹⁴ (MENDONÇA, 2012), ou seja, apostou tanto em uma maior inserção internacional do Brasil, quanto na capacidade da criação de um bloco que também pudesse fazer frente no contexto internacional. (SARAIVA, 2010b) Este governo aprofundou a formalização da Comunidade em 2004, fortalecendo o caráter político da integração e institucionalizando o

¹¹ Essa reação mais pragmática indica que “a presença regional e internacional do Brasil tem sido percebida de maneira crescente como um processo intimamente conectado à emergência da América do Sul como um grupo particular na comunidade internacional”. (HISRT; LIMA, 2006, p. 29 apud RUIZ, 2009, p. 104)

¹² Essas reuniões formaram a Comunidade Sul-Americana (Casa), que se transformaria em Unasul em 2007.

¹³ O projeto propunha a construção de um sistema de infraestrutura básica como a construção de estradas e vias fluviais com o objetivo de interconectar a região (RUIZ, 2010a), ou seja, prover melhorias nas áreas de transporte, comunicação e energia.

¹⁴ A linha mais autonomista de política externa do governo Lula se contrapõe à linha mais pragmática do governo Fernando Henrique. A “autonomia pela participação” do governo anterior aceitava a agenda das potências internacionais (menos no projeto do Alca) como objetivo de inserção, ao passo que a “autonomia pela diversificação” do governo Lula “manteve as políticas multilaterais com ênfase na soberania nacional, o que em muitos casos gerou tensões com os países desenvolvidos.” (MENDONÇA, 2012, p. 373)

diálogo multilateral.

A partir desse ano, o então presidente venezuelano, Hugo Chávez, se volta para o Sul e ao projeto da Casa após um período de grandes conflitos políticos internos e de crise econômica (RUIZ, 2010a). É importante, pois, elucidar alguns pontos da política externa do país sob a liderança de Chávez a fim de entender seu papel na conformação da Unasul e sua visão acerca de um projeto integracionista na região. Ruiz (2010a) as separa em quatro: a) luta contra a ordem unipolar; b) cooperação sul-sul; c) promoção da integração latino-americana a partir do ideal bolivariano; e d) rechaço às políticas neoliberalistas e capitalistas¹⁵.

De modo geral, Chávez via o projeto de Comunidade Sul-americana apresentado pelo Brasil de maneira positiva, segundo Ruiz (2010a), no entanto, algumas objeções foram apresentadas pelo líder. A primeira delas era que a denominação “Comunidade” não traduzia a força do projeto político que uma integração de proporções continentais deveria ter (Agencia EFE, 2006 *apud* RUIZ, 2010a); para Chávez, a América do Sul era “una sola nación”, preferindo o nome de “União do Sul” (RUIZ, 2010), e já em 2006 sugeriu o nome de Unasur, acatado futuramente. A segunda era a convergência da Can e do Mercosul, pois a crítica direta aos vetores neoliberalizantes de integração é meta original da política externa venezuelana. E a terceira era a agenda do IIRSA, pois, segundo Ruiz (2010a) citando Zibechi (2006), Chávez acreditava esta iniciativa acabaria por favorecer as grandes multinacionais do norte (ou até mesmo do sul) que tinham o objetivo de exportar os recursos do continente. De maneira consciente ou não, o presidente venezuelano criticava os principais pontos do projeto de integração impulsionados pela política externa brasileira. (RUIZ, 2010)

O ativismo venezuelano a partir de 2004 teve como resultado a criação de uma Unasul com diferentes objetivos para além daqueles apresentado na lógica inicial da Casa (convergência econômica a ser consolidada por meio de uma integração técnica, energética e de infraestrutura), acrescentando temáticas de integração política, social, econômica cooperativa, ambiental e cultural.

Apesar dos avanços sem precedentes nas questões de defesa e segurança regional¹⁶, a

¹⁵ Apesar destas políticas estarem interligadas, este artigo não se aprofundará em suas descrições. Para compreender mais, ver Ruiz, 2010a.

¹⁶ Para compreender mais, ver Saraiva (2010a).

Unasul não aprofundou sua institucionalidade (SARAIVA, 2010a) e mostrou avanços justamente nas áreas estratégicas da diplomacia brasileira desde a Casa, como na agenda do Iirsa, com um aumento da participação do Estado no sentido de direcionar as forças de mercado para setores específicos, o que conduziu a uma participação mais ativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), inclusive com financiamentos a empresas brasileiras, já consolidadas no território nacional. (RIOS; VEIGA, 2008; COUTO; PADULA, 2012)

3.4. A Telesur

É importante pontuar que o projeto da multiestatal Telesur ecoa as metas da política externa venezuelana, calcadas no ideal integracionista de Simón Bolívar – diversas vezes resgatado por Hugo Chávez desde sua ascensão ao poder. (NOGUEIRA; RIBEIRO, 2013). Não, pois, o bolivarianismo de outrora – “genérica percepção coletiva de unidade política” na formação de uma confederação interamericana de Estados (SARAIVA, 2007 *apud* NOGUEIRA, 2012, p. 84) – mas o como definido por Muller-Rojas (2001), citado por Nogueira (2012), “um espaço no qual é atribuído um conteúdo metafórico à sociedade venezuelana” (p. 85), ou mesmo como definiu Lander (2005), também citado por Nogueira (2012), um “conteúdo simbólico integrador de reconstrução do sentido da história nacional e continental do que conteúdos propriamente ditos de um projeto político ou econômico para o país.” (p. 85) Nesse contexto, os meios de comunicação de massa, tal qual a Telesur, adquirem grande importância no sentido de se estabelecer um discurso de integração homogeneizador baseando-se “na veiculação de símbolos e valores compartilhados por Estados que supostamente teriam um passado (experiências e memória) e um presente (ocupação de uma posição não hegemônica na América) comuns.” (NOGUEIRA, 2012, p. 85)

O canal, no ar desde 2005, é uma sociedade financiada pelos governos da Venezuela – com 51% de cotas –, Cuba, Argentina, Bolívia, Equador e Nicarágua. (MORAES, 2011). De acordo com o site da emissora, citado por Moraes (2011), “o principal compromisso é construir um canal de televisão que permita a todos os habitantes desta vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias ideias e transmitir seus próprios

conteúdos, livre e equitativamente.” (p. 75) Desta forma, a emissora se apresenta como alternativa ao discurso dos oligopólios midiáticos, ampliando o leque de vozes se propondo a “abrir espaço a temas, causas e movimentos sociais geralmente tratados com desconfiança ou discriminados pela mídia tradicional.” (MORAES, 2011, p. 75-76)

A transmissão do canal é via satélite “com sinal disponibilizado gratuitamente a emissoras públicas, privadas, educativas e comunitárias [da região]” (MORAES, 2011, p. 76) e, desde 2009, distribui sinal para França, Espanha, República Tcheca, Hungria, Hungria, norte da África e Oriente Médio, como informa Moraes (2011). A emissora possui correspondentes em quase todos os países da América Latina e também na Europa, África e Ásia, além das cidades de Washington e Los Angeles (MORAES, 2011; NOGUEIRA, 2009), e possui acordos com a rede árabe Al-Jazeera, o Canal France International e a BBC. (MORAES, 2011) Seu conteúdo pode ser acessado pelo site <www.telesurtv.net>, podendo também ser baixador por meio da tecnologia de *streaming*. Além disso, como informa o autor, “alguns programas podem ser vistos na página da Telesur através de redes sociais como Facebook, Youtube, Dailymotion e BlipTV.” (p. 77) Por fim, a emissora é assessorada por prestigiosos intelectuais latino-americanos e internacionais como Eduardo Galeano (falecido em 2015), Tariq Ali, entre outros. (MORAES, 2011; NOGUEIRA, 2009)

O canal, que já foi comparado a Al-Jazeera e à Euronews, é uma tentativa ambiciosa, portanto, de facilitar uma integração geopolítica latino-americana com evidente viés anti-imperialista, (CANIZALES; LUGO-OCANDO, 2008 *apud* MATOS, 2012) que tem bases na política externa de embate venezuelana. Matos (2012), citando Canizales e Lugo-Ocando (2008), acrescenta que existe ansiedade em torno do projeto por parte das elites colombianas e venezuelanas e é vista como “um veículo ideológico de aliança com Cuba contra os Estados Unidos”. (p. 153, tradução nossa) Como alternativa aos fluxos de informações europeus e estadunidenses, a Telesur é parte, de acordo com Matos (2012) “da diplomacia pública do país e tem como objetivo servir a seus interesses nacionais” (p. 153, tradução nossa). Assim, a retórica mais à esquerda do canal acabou por afastar o suporte brasileiro à Telesur, concentrando-se no seu próprio projeto de mídia estatal. (CANIZALES; LUGO-OCANDO, 2008 *apud* MATOS, 2012)

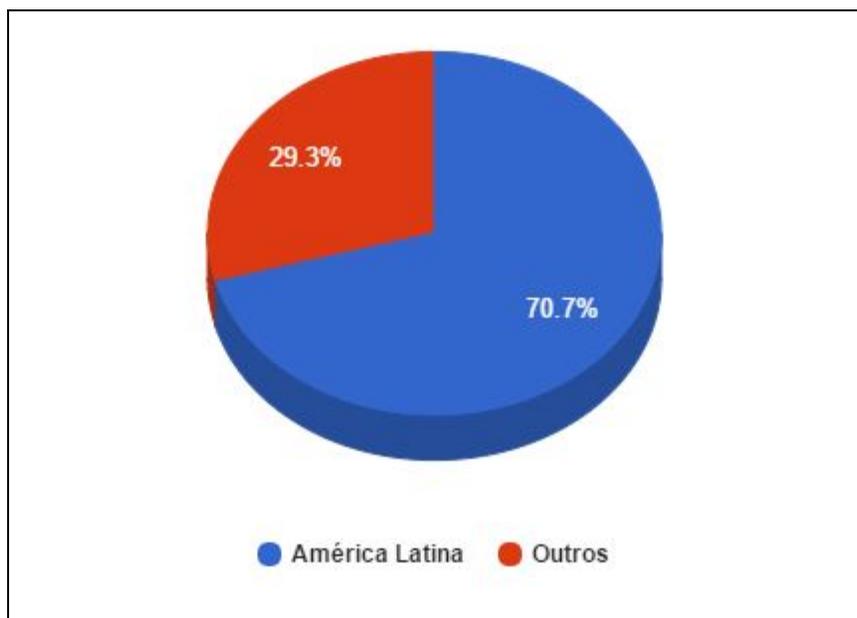
4. A Telesur: alguns dados e reflexões

Este artigo exporá alguns dados do programa “teleSUR Notícias” coletados em 8 programas do dia 18 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017 em uma breve análise majoritariamente quantitativa. Serão apresentados também dados de outros pesquisadores, bem como uma reflexão levando em conta sua capacidade de criar consenso contra-hegemônico.

4.1. O “teleSUR Notícias”

O programa “teleSUR Notícias” é um noticiário que dura aproximadamente 30 minutos e vai ao ar diversas vezes ao longo do dia, desde a manhã à madrugada, com uma média de 9 notícias por programa durante o período analisado. Todos os programas analisados foram exibidos a partir das 15h30, horário de Caracas. Em primeiro lugar, a predominância de assuntos relacionados a países latino-americanos é evidente, como se pode observar no gráfico 01 abaixo:

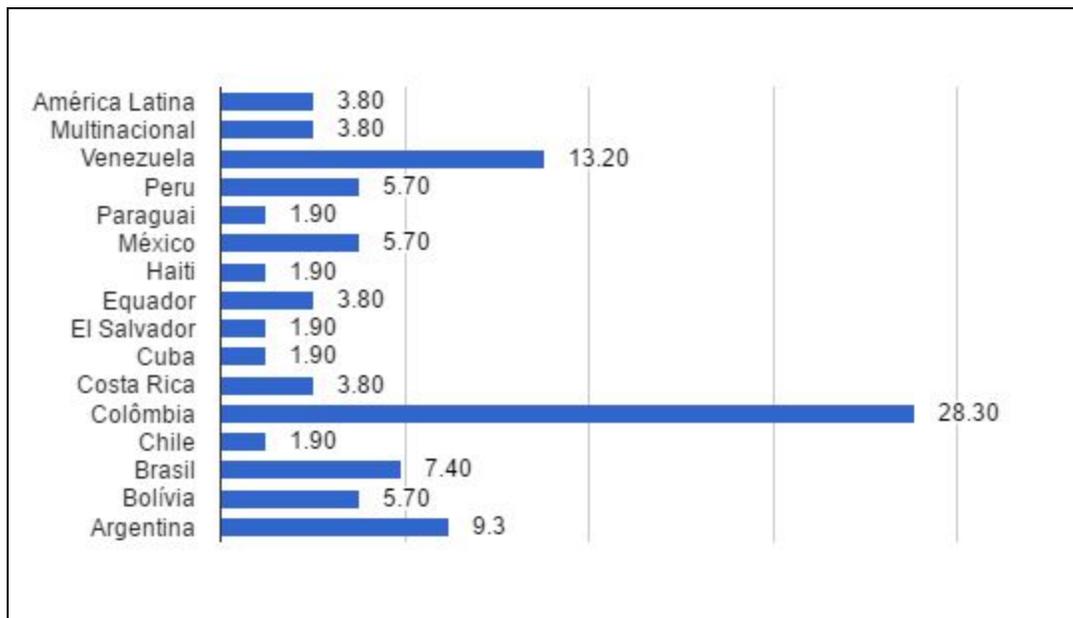
Gráfico 01: Origem temática



Como destaca Moraes (2011), citando a fala do jornalista Ignacio Ramonet em uma entrevista no ano de inauguração da Telesur (2005), a emissora aparece como primeiro “canal autóctone de alcance continental” (p. 79) e ainda acrescenta: “Os únicos que se captavam eram as versões para a audiência latina das grandes redes estadunidenses [...]. Tínhamos assim o caso escandaloso de todo um continente consumindo uma imagem de si mesmo produzida fora da esfera de seu imaginário. [...] Telesur é a resposta.” (RAMONET, 2005 *apud* MORAES, 2011, p. 79)

Em relação à origem temática latino-americana do noticiário, foram citados 14 países no total: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Além desses, duas categorias foram criadas. A multinacional, quando a notícia trata de dois ou mais países, e a latino-americana, quando o tema se refere a todo o subcontinente, como se pode inferir no gráfico 02 abaixo:

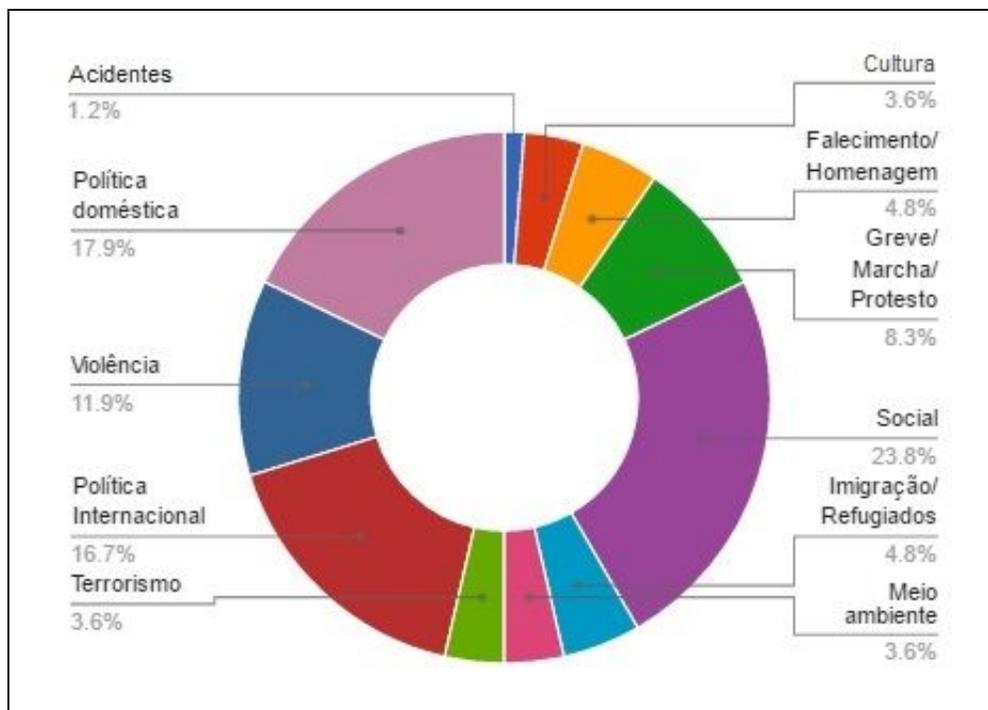
Gráfico 02: países citados em porcentagem



Os dois países mais citados são, portanto, Colômbia e Venezuela, sendo o primeiro citado mais que o dobro em relação ao segundo.

Em relação ao que se abordou nos noticiários, 11 eixos temáticos foram classificados. São eles: acidentes, cultura, falecimentos/homenagens, greves/marchas/protestos, imigração/refugiado, meio-ambiente, social, terrorismo, violência, política venezuelana e política internacional. O gráfico 03 revela a porcentagem que se foi dedicada por assunto:

Gráfico 03: Temáticas abordadas



O tema “social” é o mais explorado, seguido por “política doméstica” e “política internacional.” Vale ressaltar que estes três juntos representam quase 60% da temática do noticiário no período analisado.

Em grande medida, a temática “social” deu voz aos movimentos sociais, suas lutas, reivindicações, denúncias e conquistas durante o período analisado. Isso confirma a proposta da emissora de “abrir espaço a temas, causas e movimentos sociais geralmente tratados com desconfiança ou discriminados pela mídia tradicional.” (MORAES, 2011, p. 75-76) como mostrado no capítulo anterior. A fala de Pascoal Serrano (2010), formulador da linha editorial da Telesur, citado por Moraes (2011), durante uma entrevista evidencia essas propostas:

[...] nossa obrigação é pesquisar o que pensam os grupos sociais afetados [...] A eles devemos dar a voz para que expressem sua posição, o que não nos impede de escutar as opiniões oficiais. [...] Nós só pretendemos transmitir sua voz ao mundo, dizer a verdade silenciada pelos grandes meios [...]. (SERRANO, 2010 *apud* MORAES, 2011, p. 77)

No que diz respeito aos outros dois eixos temáticos citados, “política doméstica” se ateuve às políticas governamentais ou à política formal de um país, ao passo que política internacional referiu-se principalmente às relações político-econômicas de dois ou mais países, seja em âmbitos multilaterais ou não. É importante sublinhar que quase 1/3 desta temática foi dedicada ao Mercosul, denunciando o recente boicote à Venezuela, como visto no primeiro capítulo deste trabalho.

Dados de outros pesquisadores complementam a reflexão sobre os conteúdos veiculados pela Telesur. Moraes (2011) aponta que 80% da programação é de conteúdo informativo e os outro 20% representam filmes e documentários independentes produzidos na região. O autor detalha:

[...] 80% da programação da Telesur tem conteúdo informativo (telejornais, mesas-redondas, entrevistas, documentários, reportagens especiais, dossiês, séries históricas, perfis). Os 20% restantes são preenchidos por, muitos deles exibidos pela primeira vez em televisão, pois não tinham vez nas emissoras comerciais. A emissora não veicula publicidade comercial. (MORAES, 2011, p. 76)

Nogueira (2009), cita a pesquisa das suecas Salö e Terenius (2008) para debater alguns dados. As autoras acompanharam os conteúdos da Telesur na internet, um total de 130 programas, entre os dias 10 a 16 de dezembro de 2007 e apontaram que:

[...] em relação aos gêneros de programas, a Telesur cumpre claramente com seu caráter educativo (e não veicula nem *soap opera* nem telenovela);

[...] quanto à representação geográfica dos programas produzidos, a Telesur Venezuela realizou 168 programas; a Argentina, 21; Colômbia, 12; Uruguai, 12; México, 6; Cuba, 6; Equador, 2; Chile, 1; Europa, 1 e

Brasil, 1. A principal produtora de material veiculado é, portanto, a própria Telesur;

[...] quanto às notícias internacionais, a Telesur produz apenas 23% delas, utilizando-se da produção das agências internacionais APTN (46%), Reuters (22%), Al-Jazeera (7%) e VTV (2%). (SALÖ; TERENIUS, 2008) *apud* NOGUEIRA, 2009, p. 11)

Resumidamente, este levantamento evidencia a tentativa da emissora, já em seu segundo ano de existência, de incluir a produção de programas de outros países, inclusive de regiões externas ao subcontinente, como a Europa, bem como diversificar a origem de fontes internacionais em detrimento de grupos internacionais *mainstream*.

Já em seu segundo ano, a emissora transmitia programas produzidos em oito países latino-americanos, como demonstrado na pesquisa de Salö e Terenius (2008), citadas por Nogueira (2009). Esta autora, que acompanha desde 2006 a programação da Telesur nos meios virtuais afirma que:

[...] os conteúdos difundidos reforçam os ideais bolivarianistas de integração, abrem espaço para camadas sociais e países ‘sem voz’ no cenário internacional e fortalecem a possibilidade de um imaginário cultural compartilhado que entende que unidade e heterogeneidade não são termos contraditórios politicamente. (NOGUEIRA, 2012, p. 92-93)

Para a autora, portanto, isso revela não só a intenção de instaurar a “pluralidade de vozes” da região no marco da emissora, mas – ao lado de “conteúdos de cunhos políticos e simbólicos fortes tão preciosos ao ideal integracionistas” (NOGUEIRA, 2012, p. 92) – parecem também auxiliar no fortalecimento da Telesur como um “agente de fomento à integração”. (PEREIRA, 2006 *apud* NOGUEIRA, 2012, p. 91)

4.2. Contra-hegemonia: elementos para reflexão

Os dados analisados neste capítulo corroboram as tentativas da Telesur de conquistar pluralidade de vozes e de circular produções regionais sobre a própria América Latina. No sentido de encontrar essa comunicação, Moraes (2011) aponta que é fundamental

“convencimento social sobre a necessidade de espaços mais livres de informação e opinião e, principalmente, de políticas públicas que promovam a diversificação de fontes emissoras e a multiplicação dos pontos de vista.” (p. 49) Assim, em contraposição às políticas privadas e comerciais que regem os meios comunicacionais de massa, o autor dá ênfase às políticas públicas na “busca de uma perspectiva comunicacional e cultural democrática e igualitária”. (p. 49) Calçados no conceito de hegemonia de Gramsci (2002c; 1999) e seus desdobramentos, o autor traça os caminhos das mídias estatais latino-americanas, inclusive os da Telesur.

Visto que não é uma construção monolítica, a hegemonia, como descrita por Moraes (2011), é “o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico, traduzindo formas variáveis de conservação ou reversão do domínio material e imaterial” (p. 48), podendo ser remoldada e reelaborada por meio de movimentos contra-hegemônicos tanto na sociedade civil quanto na política. (MORAES, 2011) Aceita-se, portanto, novas formas de ação política no sentido de movimentar outros interesses que não “os do Estado e das classes dominantes” (GRAMSCI, 1999 *apud* MORAES, 2011, p. 48). No desafio de se expandir a compreensão pública sobre a necessidade de transformação, progressiva ou permanentemente, as relações de poder e as sociais (MORAES, 2011), reconhece-se o Estado como “instância capaz de resguardar o interesse coletivo nos processos práticas e dinâmicas comunicacionais, no cotejo com os desígnios do mercado.” (p. 50)

5. Considerações finais

No percurso da reflexão acerca do papel da Telesur para a integração cultural latino-americana, alguns pontos importantes foram apresentadas por este trabalho e merecem destaque. O primeiro trata dos três momentos de integração regional desde os anos 1990: o “regionalismo aberto”, o “pós-liberal e a atualidade. A Alba e a Unasul são expressões do regionalismo “pós-liberal” e representam o desejo de se integrar para além do mercado – diferentemente do que propunha o “regionalismo aberto” – mas não expressam uma visão única sobre como essa integração deveria se dar. A diversidade de modelos econômicos e de integração da década de 2000 foi ainda mais aprofundadas pelas rupturas, golpes, reformulação

de mercados. Esses fatores causaram, além de instabilidades, incertezas sobre o futuro conjunto da região e, de certa forma, puseram em xeque os processos de integração.

O segundo ponto demonstrou que o Mercosul e a Unasul não implementaram políticas culturais relevantes. No caso do primeiro projeto, essas políticas foram tratadas em documentos anexos com caráter majoritariamente de difusão e conservação. Contrastando com esse cenário, surgiu a Telesur, emissora multiestatal, apoiada por grande parte dos países signatários da Alba. Tendo a Venezuela como maior acionista, o canal é fruto da política externa, calcada nos ideais bolivarianos, de Hugo Chávez, em que a integração latino-americana aparece como premissa. Os embates entre dois líderes regionais – Brasil e Venezuela – acerca da construção do projeto da Unasul evidenciaram visões de política exterior distintas de integração regional. A do Brasil, por sua vez, mais ligada à convergência de mercados e fortalecimento da infraestrutura. O terceiro e último ponto confirmou, por meio de análise de dados coletados do programa “teleSur Notícias” e de outros pesquisadores, a relevância da América Latina para a Telesur, bem como o destaque dado aos temas sociais, confirmando a capacidade contra-hegemônica da emissora.

Em seus 12 anos de existência, a emissora representou uma oportunidade de construir um espaço público comum latino-americano sem precedentes. No entanto, diante das incertezas que escalam na região e, principalmente, na Venezuela, detentora de 51% das ações da emissora, é possível dizer que o canal perde capacidade de ser agente integrador da região em termos comunicacionais e culturais. É verdade que os outros países sul-americanos da Alba – Bolívia e Equador – que promoveram as reformas mais estruturais em comparação a outros países da região (inclusive na democratização da mídia) – ainda resistem apesar do aumento da oposição conservadora em seus territórios. A recente vitória de Lenin Moron, candidato governista, nas eleições equatorianas foi comparada pelo pensador marxista, Atilio Borón, à vitória do Exército Vermelho sobre Hitler na batalha de Stalingrado durante a Segunda Guerra Mundial, que acabou por impedir o exército nazista de repor suas forças e os levou à inexorável derrota. Esse alento, contudo, não anula outro elemento importante que corrobora as dificuldades conjunturais da atualidade: a visão da política externa brasileira acerca da integração latino-americana na década passada.

Os escritos deste trabalho evidenciaram que as políticas culturais não fizeram parte dos objetivos primários do Brasil no que tangia a integração latino-americana. A liderança regional era alavanca para a liderança global, e foi esse caminho que o país seguiu. Em contraposição ao bolivarianismo venezuelano, o país versou mais vontade política (e econômica) a projetos que convergiam os mercados e davam vantagens estratégicas a suas empresas em integrações estruturais. Como consequência, o país acabou se afastando de alguns projetos da liderança venezuelana, notadamente a Telesur.

Para além dos obstáculos da integração cultural no âmbito dos Estados, na sociedade civil borbulham outras dinâmicas que se mobilizam à uma integração cultural desta região, dentre elas pequenas empresas midiáticas, ONG's, associações comunitárias, etc. É fundamental, portanto, continuar alimentando uma teoria comunicacional latina-americana que seja capaz de destrinchar as complexidades regionais à luz da globalização e da concentração midiática a fim de fortalecer a capacidade de integração cultural e dar sobrevida àquilo que Barbero (2004) chama de novos atores e formas de comunicação: “radioemissoras e televisões regionais, municipais e comunitárias ou os grupos de produção de vídeo popular”. (p. 379)

Por um lado, a sociedade civil pode continuar pressionando governos para a conformação de políticas públicas culturais voltadas para América Latina que vão além das lógicas de difusão e conservação. Por outro, pode se articular por conta própria, inclusive por vias não institucionais, interpoladas pelos movimentos sociais, pois a cultura digital já permite circular bens culturais dessa forma, engendrando capacidades de pôr em relação as demandas do local e as ofertas do global, encontrando brechas nos grandes conglomerados de comunicação e criando misturas e hibridizações com grande capacidade criativa.

Referencias

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de Cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BORÓN, Atilio. **La “batalla de Stalingrado” se librará en Ecuador**. Cuba Debate, 5 de Fev. 2017. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2017/02/05/la-batalla-de-stalingrado-se-librara-en-ecuador/#.WQRHEtryu01>> Acesso em: 15/04/2017

BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. São Paulo: **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81745/85065>> Acesso em: 20/02/2017

CANCLINI, Nestor Garcia. **Latino americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

COMUNICADO DE BRASÍLIA, 2000. Disponível em: <<http://www.oei.es/historico/oeivirt/cimeira1.htm>>

CONORADO, Jaime Preciado. Potencialidades acotadas para la integración autónoma de América Latina y el Caribe. **Boletim Integración regional: una mirada crítica**. CLACSO, n. 1, Fev., 2017. p. 10-17. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/archivos/integracion_regional_n1.pdf> Acesso em 15/02/2017

COUTO, Leandro Freitas; PADULA, Rafael. Integração da infraestrutura na América do Sul nos anos 2000: Do regionalismo aberto às perspectivas de mudanças. In: ALFONSO, Laneydi M.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SERBÍN, Andrés (coord.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Buenos Aires: CRIES, n.9, 2012. p. 449-478. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>> Acesso em: 20/01/2017

KAN, Julián. Un rompecabezas para armar: Argentina, Brasil e o início de um novo ciclo da integração regional latino-americana. **Boletim Integración regional: una mirada crítica**. CLACSO, n. 1, Fev., 2017. p. 3-4. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/archivos/integracion_regional_n1.pdf> Acesso em 15/02/2017

KLEMI, Albene Miriam M.; MENEZES, Roberto Goulart. Brasil e Mercosul: rumos da integração na lógica do neodesenvolvimentismo (2003-2014). **Cadernos CRH**. Salvador, v. 29, n. spe3, p. 135-150, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000600135&lng=en&nrm=iso> Acesso em 12/02/2017

MARTÍNEZ, Laneydi; SERBÍN, Andrés; JÚNIOR, Haroldo R. El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. In: ALFONSO, Laneydi M.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SERBÍN, Andrés (coord.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Buenos Aires: CRIES, n.9, 2012. p. 7-17. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>> Acesso em: 13/02/2017

MARTINS, Carlos Eduardo. A integração regional em tempos de crise: notas para um balanço do século XXI. **Boletim Integración regional: una mirada crítica**. CLACSO, n. 1, Fev., 2017. p. 5-6. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/archivos/integracion_regional_n1.pdf> Acesso em 15/02/2017

MATOS, Carolina. **Media and Politics in Latin America: Globalization, Democracy and Identity**. London: IB Tauris, 2011.

MENDONÇA, Filipe A. do P. As relações comerciais entre os Estados Unidos e os países do Mercosul (2000 – 2010). In: ALFONSO, Laneydi M.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SERBÍN, Andrés (coord.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Buenos Aires: CRIES, n.9, 2012. p. 365-386. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2012

MORAES, Denis.de. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2011.

NAVARRO, Ariel. América Latina: de nuevo la derecha o la integración en terapia intensiva. **Boletim Integración regional: una mirada crítica**. CLACSO, n. 1, Fev., 2017. p. 7-9 Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/archivos/integracion_regional_n1.pdf> Acesso em 15/02/2017

NOGUEIRA, Silvia Garcia. “Voz a los que la tienen”: a integração regional no olhar bolibariano da Telesur. Em: MELO, Filipe R.; NOGUEIRA, Silvia G; OLIVEIRA, Renata P. (orgs). **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares**. Campina Grande: Eduepb. p, 81-96, 2012.

_____. A “identidade latino-americana” e a integração regional: o projeto da rede de comunicação Telesur. **Carta Internacional**, vol. 4, p. 7-14, 2009. Disponível em <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/454>> Acesso em 02/02/2017

NOGUEIRA, Silvia Garcia; RIBEIRO, Alana Maria. A TELESUR e a construção Simbólica da Integração Latino-Americana durante e depois da Era Chávez. **Revista Sul Americana de Ciência Política**, v.1, n.3, p. 123-131, 2013. Acessado em 2/11/2014

OLIVEIRA, Ana Carolina V.; SALGADO, Rodrigo S. Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. **3º ENCONTRO NACIONAL ABRI**, São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais/ Instituto de Relações Internacionais - USP, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100011&lng=en&nrm=abn> Acesso em 19/01/2017

RIOS, Sandra; VEIGA, Pedro da Motta. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul, origens, iniciativas e dilemas**. Breves CINDES, nº 10, Agosto, 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/02016.pdf>> Acesso em: 13/08/2016

ROSALES, Hector Constant. Integración Regional y Mercosur: desencuentros que no deben ser. **Boletim Integración regional: una mirada crítica**. CLACSO, n. 1, Fev., 2017, p. 1-2. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/archivos/integracion_regional_n1.pdf> Acesso em 15/02/2017

RUÍZ, José Briceño. **La Iniciativa del Arco del Pacífico Latinoamericano: Un nuevo actor en el escenario de la integración regional**. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad, Nº 228, julio-agosto de 2010a. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3705_1.pdf> Acesso em: 28/02/2017

_____. La UNASUR ¿Continuum o un nuevo inicio del regionalismo sudamericano? In: ALFONSO, Laneydi M.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VÁQUEZ, Mariana (coord.). **Anuario de la Integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2010**. Buenos Aires: CRIES, n.8, 2010b. p.103-123. Disponível em: <www.cries.org/wp-content/uploads/2010/09/completo.pdf> Acesso em: 28/02/2017

SANAHUJA, José A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: ALFONSO, Laneydi M.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SERBÍN, Andrés (coord.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Buenos Aires: CRIES, n.9, 2012. p. 19-72. Disponível em:

<<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>> Acesso em 12/11/2016

SARAIVA, Miriam Gomes. **Integração regional na América do Sul: processos em aberto.** Observatório Político Sul-Americano, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, Análise de Conjuntura, n°7, 2010a. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/analise/76_analises_AC_n_7_jul_2010.pdf> Acesso em 5/01/2017

_____. Política Externa Brasileira para os países sul-americanos e os processos de integração na região: Crenças na formulação e pragmatismo na prática. In: ALFONSO, Laneydi M.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VÁQUEZ, Mariana (coord.). **Anuario de la Integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2010.** Buenos Aires: CRIES, n.8, 2010b. p. 77-92. Disponível em: <www.cries.org/wpcontent/uploads/2010/09/completo.pdf> Acesso em 20/12/2016

SOARES, Maria Susana A. A diplomacia cultural no Mercosul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29/01/2017

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL, 2008. Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>> Acesso em: 12 de mar. 2012.